

**Concurso Público para provimento de vagas de  
Consultor Técnico-Legislativo  
Categoria Administrador**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'C11', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA  
OBJETIVA**

**Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos**

## INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Foque atenção e esforços positivos para atingir o que almeja.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

## ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 3 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** Para responder às questões de números 1 a 6, baseie-se no texto abaixo.

**Juventude de hoje, de ontem e de amanhã**

*A juventude é estranha porque é a velhice do mundo passada indefinidamente a limpo. Uma geração lega à outra um magma de erros e sabedoria, de vícios e virtudes, de esperanças e desilusões. O jovem é o mais velho exemplar da humanidade. Pesa-lhe a herança dos conhecimentos acumulados; pesa-lhe o desafio do que não foi conquistado; a inadequação entre o idealismo e o egoísmo prático; pesa-lhe o inconsciente da raça, esta sessão espírita permanente, através da qual cada homem se comunica com os mortos.*

*No encontro de duas gerações, a que murcha e a que floresce, há uma irrisão dramática, um momento de culpas, apreensões e incertezas. As duas figuras se contemplam: o jovem é o passado do velho, e este é o futuro que o jovem contempla com horror. Assim, o momento desse encontro é um espelho cujas imagens o tempo deforma, sem que se desfaça, para o moço e para o velho, a sinistra impressão de que as duas figuras são uma coisa só, um homem só, uma tragédia só.*

*O poeta romântico inglês Shelley poderia ser o padrão do adolescente de todas as épocas: nasceu de família respeitável e rica, foi bonito, sincero, revoltado, idealista, violento, amoroso, apaixonado pela vida e pela morte, inteligente, confuso e, sobretudo, de uma sensibilidade crispada. Não era um monstro: seus atos eram a consequência lógica de suas ideias, da lealdade às suas crenças. E enquanto escrevia versos musicais, fecundados de amor cósmico, esperança e idealismo social, atirava-se feroz contra o conformismo do clero, a monarquia, as leis vigentes, o farisaísmo universal.*

(Adaptado de CAMPOS, Paulo Mendes. **O amor acaba**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 135-136)

1. A afirmação inicial *A juventude é estranha* encontra em seguida uma justificativa quando o autor argumenta que os jovens,
  - (A) assim como os mais velhos, dão a vida passada por vivida, recusando-se a crer que ainda haja ideais a serem perseguidos.
  - (B) ao contrário dos velhos, buscam passar seu próprio tempo a limpo, livrando-o da carga pesada dos erros passados.
  - (C) incorporando valores de outros tempos, acumulam erros e acertos do passado, como se numa transmissão sobrenatural.
  - (D) rejeitando as heranças culturais disponíveis, têm a ilusão de que renovam tudo, ainda quando repitam erros do passado.
  - (E) espelhando-se em si mesmos, acabam reabilitando e nobilitando ideais que se perderam em antigos combates.

---

2. O poeta inglês Shelley, segundo o autor do texto, *poderia ser o padrão do adolescente de todas as épocas* porque nele
  - (A) o espírito revoltoso de um marginalizado fazia dele uma personalidade arrebatada pelos mais ferozes ressentimentos.
  - (B) a sensibilidade à flor da pele fazia com que ele se dedicasse plenamente ao culto dos mais altos ideais.
  - (C) as qualidades negativas deixavam em segundo plano as positivas, o que favorecia sua expressão romântica.
  - (D) os impulsos amorosos, idealistas e esperançosos conviviam com duras invectivas contra o que julgasse maligno.
  - (E) as intenções críticas mais contundentes acabavam sucumbindo ao lirismo e à índole mística de seu temperamento.

---

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
  - (A) *é a velhice do mundo passada indefinidamente a limpo* (1<sup>o</sup> parágrafo) = é a humanidade velha imperando oportunamente sobre a nova.
  - (B) *Uma geração lega à outra um magma de erros e sabedoria* (1<sup>o</sup> parágrafo) = na alternância de deslizes e acertos, magnetizam-se as gerações.
  - (C) *uma irrisão dramática, um momento de culpas* (2<sup>o</sup> parágrafo) = um drama irrisório, um instante de remorsos.
  - (D) *a sinistra impressão de que as duas figuras são uma coisa só* (2<sup>o</sup> parágrafo) = a incrível sensação de que ambas as imagens são uma única.
  - (E) *atirava-se feroz contra o conformismo do clero* (3<sup>o</sup> parágrafo) = empenhava-se bravamente no combate à resignação da classe clerical.

---

4. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:
  - (A) Não parece ao autor do texto, que os mais jovens omitam experiências antigas, de sorte que as carregam nos valores aonde elas se embutem.
  - (B) Ao buscar entender os jovens – Paulo Mendes Campos, poeta e cronista, acredita que lhes caracteriza sobretudo o peso dos antecedentes.
  - (C) O cronista encontrou no poeta Shelley, uma espécie de paradigma da juventude, conquanto a representa tanto nos erros como nos acertos.
  - (D) O autor não postula a convicção de que os jovens sejam tão criativos, a ponto de se deixarem denegar das experiências mais antigas.
  - (E) O autor do texto – cronista e poeta dos bons – acredita que cada nova geração absorve as experiências das que a antecederam.



5. Há emprego de voz passiva e adequada correlação entre os tempos e modos verbais na frase:
- (A) Reconheçam-se na geração de hoje as experiências das gerações passadas, para que bem se compreenda a importância da transmissão dos valores.
  - (B) Não fossem as experiências dos mais velhos, cada geração haverá de contar apenas com suas intuições e sentimentos.
  - (C) Muitos jovens terão deixado de reconhecer a importância das experiências de outras gerações, mesmo que vierem a desfrutar delas.
  - (D) Ainda que muitos jovens acreditassem que nada os ligava às gerações passadas, não terão como deixar de reconhecer o respeito que lhes devem.
  - (E) Caso o comportamento de um jovem pareça monstruoso, pelo que guarda de paradoxal, é preciso considerar a força que o leva às indecisões.
- 
6. O **verbo** indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o elemento sublinhado na frase:
- (A) Ao jovem (**poder**) desagradar as imagens da velhice, que ele bem sabe que o aguardam, se a vida é longa.
  - (B) O autor valeu-se das imagens dos espelhos, símbolos capazes de figurar as duplicidades a que (**costumar**) render-se a personalidade humana.
  - (C) Nunca (**dever**) contar com nossa complacência os erros em que teimosamente persistimos, apesar de já identificados no passado.
  - (D) O autor não se (**deixar**) alimentar senão por convicções pessimistas, nas suas observações acerca da natureza humana.
  - (E) Não (**haver**) de faltar aos moços alguma desconfiança, ao menos quanto à importância das experiências passadas.
- 

Atenção: Para responder às questões de números 7 a 12, baseie-se no texto abaixo.

### Uma palavra sobre cultura e Constituição

*Todas as Constituições brasileiras foram lacônicas e genéricas ao tratar das relações entre cultura e Estado. Não creio que se deve propriamente lamentar esse vazio nos textos da Lei Maior. Ao Estado cumpre realizar uma tarefa social de base cujo vetor é sempre a melhor distribuição da renda nacional. Na esfera dos bens simbólicos, esse objetivo se alcança, em primeiro e principal lugar, construindo o suporte de um sistema educacional sólido conjugado com um programa de apoio à pesquisa igualmente coeso e contínuo.*

*A sociedade brasileira não tem uma “cultura” já determinada. O Brasil é, ao mesmo tempo, um povo mestiço, com raízes indígenas, africanas, europeias e asiáticas, um país onde o ensino médio e universitário tem alcançado, em alguns setores, níveis internacionais de qualidade e um vasto território cruzado por uma rede de comunicações de massa portadora de uma indústria cultural cada vez mais presente.*

*O que se chama, portanto, de “cultura brasileira” nada tem de homogêneo ou de uniforme. A sua forma complexa e mutante resulta de interpenetrações da cultura erudita, da cultura popular e da cultura de massas. Se algum valor deve presidir à ação do Poder Público no trato com a “cultura”, este não será outro que o da liberdade e o do respeito pelas manifestações espirituais as mais diversas que se vêm gestando no cotidiano do nosso povo. Em face dessa corrente de experiências e de significados tão díspares, a nossa Lei Maior deveria abster-se de propor normas incisivas, que soariam estranhas, porque exteriores à dialética das “culturas” brasileiras. Ao contrário, um certo grau de indeterminação no estilo de seus artigos e parágrafos é, aqui, recomendável.*

(Adaptado de: BOSI, Alfredo. **Entre a Literatura e a História**. São Paulo: Editora 34, 2013, p. 393-394)

7. A frase *Não creio que se deve propriamente lamentar esse vazio nos textos da Lei Maior* (1<sup>o</sup> parágrafo) é justificada pelo autor com base na sua convicção de que
- (A) o Poder Público não pode interferir em qualquer aspecto de uma cultura nacional, que deve ser espontânea e livre do alcance da Constituição.
  - (B) a sociedade brasileira, conquanto não seja homogênea, é suficientemente madura para formular as normas que devem reger sua cultura tradicional.
  - (C) a complexidade das culturas brasileiras não deve ser objeto de uma legislação que venha a abranger e determinar tão diversas manifestações.
  - (D) o Estado não pode permitir que seja lacunosa a legislação sobre matérias culturais, que deve ser rigorosa e o mais específica possível.
  - (E) a dinâmica das várias culturas existentes no país garante que não haja entre elas algum atrito que ponha em risco a impermeabilidade de cada uma.



8. Se na esfera socioeconômica cabe ao Estado propiciar uma melhor distribuição de renda, na esfera dos bens simbólicos um objetivo equivalente se alcança com
- (A) uma configuração coerente da meta educacional com o sistema financeiro.
  - (B) uma legislação escolar minuciosa com incentivos à pesquisa pura.
  - (C) um processo de integração mais coeso entre produção e consumo cultural.
  - (D) um sistema educacional voltado para a pesquisa de ponta e de longo prazo.
  - (E) um programa de educação consistente aliado à pesquisa sistemática.

9. Um mesmo posicionamento do autor está expresso e ratificado nestes dois segmentos:

- (A) *O que se chama, portanto, de "cultura brasileira" (3º parágrafo) / propor normas incisivas (3º parágrafo).*
- (B) *Não creio que se deve propriamente lamentar esse vazio (1º parágrafo) / um certo grau de indeterminação [...] é [...] recomendável (3º parágrafo).*
- (C) *Ao Estado cumpre realizar uma tarefa social de base (1º parágrafo) / resulta de interpenetrações da cultura erudita, da cultura popular e da cultura de massas (3º parágrafo).*
- (D) *Constituições [...] foram lacônicas (1º parágrafo) / suporte de um sistema educacional sólido (1º parágrafo).*
- (E) *algum valor deve presidir à ação do Poder Público (3º parágrafo) / exteriores à dialética das culturas brasileiras (3º parágrafo).*

10. Ao contrário, um certo grau de indeterminação no estilo de seus artigos e parágrafos é, aqui, recomendável.

Numa nova redação, mantêm-se o sentido e a correção da frase acima iniciando-se por **É recomendável que** e seguindo-se com esta complementação:

- (A) ao contrário, seja aqui gradual e indeterminado o estilo de seus artigos e parágrafos.
- (B) nesse sentido, o estilo de seus artigos e parágrafos se manifeste ao contrário de uma certa indeterminação.
- (C) se dê o contrário, por aqui, cujos artigos e parágrafos tenham um estilo algo indeterminado.
- (D) estilos e parágrafos, inversamente, sejam escamoteados por um certo grau de indeterminação.
- (E) o estilo de seus artigos e parágrafos, pelo contrário, contemple aqui alguma indeterminação.

11. Observando-se a construção da frase *Não creio que se deve propriamente lamentar esse vazio nos textos da Lei Maior*, é correto afirmar que

- (A) a oração *Não creio* tem por sujeito a oração subsequente.
- (B) no caso de substituição da forma *Não creio* por **Não é crível**, o sujeito manter-se-á o mesmo.
- (C) os termos *nos textos* e *da Lei Maior* são complementos verbais.
- (D) no caso de substituição de *Não creio* por **Não tenho a convicção**, a regência seguinte passará a ser nominal.
- (E) uma forma da voz ativa equivalente a *que se deve propriamente lamentar* é **que deve ser propriamente lamentado**.

12. Está plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:

- (A) Ao comentar, em termos incisivos a relação entre cultura e Constituição o autor do texto, faz ver a partir de seguras ponderações, que o Estado tendo tarefas sociais de fundamental importância, não deve ainda assim determinar quais sejam, as diversas manifestações culturais em nosso país.
- (B) Ao comentar, em termos incisivos, a relação entre cultura e Constituição, o autor do texto faz ver, a partir de seguras ponderações, que o Estado, tendo tarefas sociais de fundamental importância, não deve, ainda assim, determinar quais sejam as diversas manifestações culturais em nosso país.
- (C) Ao comentar em termos incisivos, a relação entre cultura e Constituição, o autor do texto faz ver a partir de seguras ponderações, que o Estado tendo tarefas sociais de fundamental importância, não deve ainda assim determinar quais sejam, as diversas manifestações culturais em nosso país.
- (D) Ao comentar em termos incisivos a relação, entre cultura e Constituição, o autor do texto faz ver, a partir de seguras ponderações que o Estado, tendo tarefas sociais, de fundamental importância, não deve ainda assim, determinar quais sejam as diversas manifestações culturais em nosso país.
- (E) Ao comentar em termos incisivos, a relação entre cultura e Constituição o autor do texto faz ver, a partir de seguras ponderações que o Estado, tendo tarefas sociais de fundamental importância não deve, ainda assim, determinar quais sejam, as diversas manifestações culturais em nosso país.

**Direito Constitucional**

13. A fim de adequar a despesa com pessoal ativo e inativo ao limite estabelecido em lei complementar federal, o Governador de determinado Estado promoveu a redução em 30% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança, além de ter exonerado servidores ocupantes de cargos efetivos há menos de 3 anos em exercício. Nessa hipótese, o Governador do Estado procedeu de modo
- (A) compatível com a Constituição Federal, fazendo, no entanto, os servidores que houverem perdido os cargos nas referidas condições jus à indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.
  - (B) compatível com a Constituição Federal, considerando-se extintos os cargos objeto de redução, vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de quatro anos.
  - (C) incompatível com a Constituição Federal apenas no que se refere aos servidores ocupantes de cargo efetivo, que farão jus à reintegração ao serviço.
  - (D) incompatível com a Constituição Federal apenas em relação aos cargos em comissão e funções de confiança, por ter extrapolado o limite estipulado constitucionalmente, sendo ainda assegurada aos ocupantes de cargo efetivo indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.
  - (E) incompatível com a Constituição Federal, tanto em relação aos ocupantes de cargos em confiança, que fazem jus à indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço, quanto em relação aos ocupantes de cargo efetivo, que fazem jus à reintegração ao serviço.
- 
14. Considere que, por meio de decisões judiciais, tenham sido determinadas as seguintes providências:
- I. Suspensão das atividades de associação de torcedores de agremiação esportiva cujos dirigentes estejam envolvidos na prática reiterada de atos ilícitos.
  - II. Realização de busca e apreensão de aparelhos celulares e microcomputadores na casa de suspeito investigado pela prática de crime contra a vida.
  - III. Interceptação das comunicações telefônicas de servidores públicos supostamente envolvidos na prática de atos de improbidade administrativa, para produção de provas no curso de processo administrativo disciplinar.
- São compatíveis com a Constituição Federal APENAS as decisões judiciais referidas em
- (A) I, independentemente de trânsito em julgado; e II, vedado, neste caso, o cumprimento da determinação durante o período noturno.
  - (B) I, desde que se trate de decisão transitada em julgado; e III, autorizado o empréstimo de prova para instrução de eventual processo penal.
  - (C) II, autorizado o cumprimento da determinação a qualquer hora do dia ou da noite; e III, autorizado o empréstimo de prova para instrução de eventual processo penal.
  - (D) I, independentemente de trânsito em julgado; e III, vedado, neste caso, porém, o empréstimo de provas para outros fins.
  - (E) I, desde que se trate de decisão transitada em julgado; e II, autorizado o cumprimento da determinação a qualquer hora do dia ou da noite.
- 
15. Ao término do primeiro ano de determinada legislatura, apurou-se que as Casas do Legislativo federal adotaram ou deliberaram, entre outras, sobre as seguintes medidas:
- I. Julgamento das contas anuais prestadas pelo Presidente da República.
  - II. Aprovação, após arguição pública, da escolha de Ministro do Tribunal de Contas da União indicado pelo Presidente da República.
  - III. Autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal.
  - IV. Extinção de Ministérios.
- À luz da Constituição Federal, são de competência do Congresso Nacional
- (A) o julgamento das contas do Presidente da República e, sujeita à sanção do Presidente da República, a autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal; as demais medidas são de competência da Câmara dos Deputados.
  - (B) o julgamento das contas do Presidente da República e, sujeita à sanção do Presidente da República, a extinção de Ministérios; as demais medidas são de competência do Senado Federal.
  - (C) a autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal e a extinção de Ministérios, sujeitas ambas à sanção do Presidente da República; as demais medidas são de competência do Senado Federal.
  - (D) a aprovação da escolha do Ministro do Tribunal de Contas da União e, sujeita à sanção do Presidente da República, a autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal; as demais medidas são de competência da Câmara dos Deputados.
  - (E) o julgamento das contas do Presidente da República, a aprovação da escolha de Ministro do Tribunal de Contas da União e, sujeita à sanção do Presidente da República, a autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal; a extinção de Ministérios não se insere dentre as competências das casas legislativas, sendo a deliberação respectiva incompatível com a Constituição Federal.

16. Suponha que o Tribunal de Contas do Distrito Federal apresente à Câmara Legislativa projeto de lei dispendo sobre aspectos relacionados à organização e ao funcionamento do próprio Tribunal de Contas. Aprovado por maioria de votos, presente à sessão deliberativa a maioria absoluta dos Deputados Distritais, o projeto é encaminhado para sanção do Governador do Distrito Federal que, no entanto, o veta integralmente, por contrariedade à Lei Orgânica.

Nessa hipótese, à luz das regras de processo legislativo estabelecidas na Lei Orgânica do Distrito Federal, o veto do Governador é

- (A) cabível, uma vez que se trata de matéria de iniciativa exclusiva do Governador do Distrito Federal, ainda que possa ser veiculada por lei ordinária.
- (B) cabível, uma vez que não foi atingido o quórum necessário para aprovação de lei ordinária, exigida para veicular a matéria, ainda que a iniciativa para sua propositura seja efetivamente do Tribunal de Contas do Distrito Federal.
- (C) cabível, uma vez que se trata de matéria reservada à lei complementar, a ser aprovada pelo voto da maioria absoluta dos Deputados Distritais, ainda que a iniciativa para sua propositura seja efetivamente do Tribunal de Contas do Distrito Federal.
- (D) cabível, uma vez que se trata de matéria inserida na competência do Governador para dispor, mediante decreto, sobre a organização e o funcionamento da administração do Distrito Federal.
- (E) incabível, uma vez que foram observadas as regras referentes à iniciativa, à espécie legislativa e ao quórum de aprovação respectivo, previstas na Lei Orgânica do Distrito Federal.
- 
17. Determinada Secretaria do Governo do Distrito Federal recebe pedidos de cidadãos residentes em Brasília de obtenção de acesso a informações sobre a fiscalização dos recursos públicos destinados, por meio da Pasta, a organizações não governamentais, bem como sobre a relação de cargos em comissão ocupados e vagos no referido órgão. Diante do que dispõe a Lei Distrital 4.990/2012, que regula o acesso a informações no Distrito Federal,
- (A) caberá aos interessados apresentar justificativa para o requerimento de informações referentes à relação de cargos em comissão, por se tratar de informações de caráter personalíssimo, cabendo, por outro lado, a administração informar, em prazo não superior a vinte dias, o local e o modo para se realizar a consulta aos dados referentes à fiscalização de recursos públicos destinados a organizações não governamentais.
- (B) os requerimentos deverão ser respondidos no prazo máximo de trinta dias, sob pena de crime de responsabilidade do Secretário de Estado respectivo, devendo as respostas conter informações precisas e, quando necessário, ser respaldadas com relatórios, tabelas, quadros informativos e demais documentos afetos aos questionamentos.
- (C) as informações referentes aos cargos em comissão devem ser disponibilizadas independentemente de requerimento, ao passo que as referentes ao repasse de recursos públicos a organizações não governamentais não poderá ser fornecida antes de 5 anos, por serem classificadas pela lei como reservadas, uma vez que podem pôr em risco a condução de negociações ou relações internacionais do País.
- (D) trata-se de informações que devem ser divulgadas independentemente de requerimento, cabendo ao órgão da Administração utilizar, para sua divulgação, sítios oficiais na Rede Mundial de Computadores – Internet, devendo ser informados aos requerentes o lugar e a forma pela qual se pode consultar, obter ou reproduzir as informações requeridas, desonerando o órgão de seu fornecimento direto, salvo se os requerentes declararem não disporem de meios para a realização de tais procedimentos.
- (E) os pedidos, para serem atendidos, devem conter a identificação do requerente, com a indicação de nome completo, do número de qualquer documento oficial e da informação de contato, ademais de ser facultado aos interessados a inclusão de endereço eletrônico para o recebimento das informações solicitadas, sendo vedado, no entanto, serem os requerimentos formulados por menor de idade.

#### Direito Administrativo

18. Um ente federado pretende desenvolver projeto para ampliação e conservação de sua malha rodoviária, com vistas a permitir o escoamento da produção de sua indústria, propiciando desenvolvimento econômico e social com benefícios à população. Poderá fazê-lo mediante
- (A) licitação para as obras de construção da rodovia, com base na Lei nº 8.666/1993, e, após a conclusão, outro certame sob o mesmo regime, para exploração dos serviços rodoviários mediante cobrança de tarifa.
- (B) concessão de serviço público precedida de obra pública, com a obrigação de a concessionária realizar as obras de ampliação, ficando a manutenção e conservação por conta da Administração direta, que poderá instituir pedágio como sua forma de remuneração.
- (C) poderá licitar a contratação sob qualquer das formas legalmente admitidas, desde que explore o serviço diretamente, vedada a terceirização.
- (D) permissão de serviço público e obra pública, outorgando ao permissionário a titularidade do referido serviço e o dever de execução da obra necessária.
- (E) licitação para contratação de uma concessão de serviço público precedida de obra pública, cabendo à concessionária realizar a obra viária e se remunerar mediante cobrança de tarifa e, a depender do edital e contrato, por meio de receitas acessórias.



19. Diversos mecanismos de controle da Administração pública são passíveis de serem utilizados, sejam eles internos ou externos à organização administrativa. Dentre as formas de exercício do controle interno da Administração, considerando o disposto na Lei nº 9.784/1999,
- (A) o recurso administrativo possibilita que os atos administrativos sejam revistos por razões de legalidade, sejam eles discricionários ou vinculados.
  - (B) o pedido de reconsideração é uma forma de submeter as decisões administrativas à instância superior para juízo revisional.
  - (C) o recurso hierárquico é a mais efetiva, porque enseja análise por autoridade superior, diferentemente dos demais recursos.
  - (D) a revisão de ofício só pode ter lugar nos atos discricionários, eis que admitem mais de um exame de conveniência e oportunidade.
  - (E) a interposição de recurso impede o exercício do juízo de reconsideração pela autoridade que proferiu o ato, sendo imperiosa a submissão à autoridade superior.
- 
20. A Administração pública de determinado ente federado celebrou regularmente, com base na Lei nº 8.666/1993, contrato de prestação de serviços de manutenção em informática, para as máquinas de marcas e modelos previamente indicados, instaladas nas repartições indicadas. Nessa hipótese,
- (A) a contratação pode ter se dado mediante inexigibilidade de licitação, tendo em vista que a natureza dos serviços contratados inviabiliza a instauração de competição entre potenciais interessados.
  - (B) houve irregularidade na licitação, sendo vedada a indicação de marca e modelo dos bens objetos da contratação, sob pena de ofensa ao princípio da isonomia.
  - (C) o ajuste pode ter sido firmado mediante dispensa de licitação, pois a contratação de serviços de informática é uma das hipóteses legais de dispensa de licitação.
  - (D) pode ter sido realizada licitação na modalidade concorrência para a contratação dos serviços, estes que por serem executados de forma contínua poderão ter o contrato prorrogado sucessivamente, por iguais períodos, não ultrapassando sessenta meses.
  - (E) a contratação foi precedida de concorrência, por se tratar de hipótese que expressamente exige tal modalidade licitatória, aplicando-se ao contrato a limitação temporal da vigência do crédito orçamentário.
- 
21. Em contrato de construção de uma unidade prisional regido pela Lei nº 8.666/1993 assistem às partes, Administração pública e contratada, direitos e obrigações pertinentes ao objeto da avença, tais como:
- (A) à Administração pública é autorizada a edição de atos unilaterais que produzam efeitos na execução contratual, bem como na relação contratual com os funcionários e prestadores de serviço da contratada, como expressão de seu poder hierárquico.
  - (B) à contratada é facultado suspender a execução do contrato diante do descumprimento, pela Administração pública, de qualquer cláusula contratual, desde que a mora seja superior a 60 dias.
  - (C) a incidência do poder de polícia administrativo para autorizar a limitação de direitos contratualmente assegurados, prescindindo, nesse caso, de indenização, em razão da excepcionalidade das medidas.
  - (D) a possibilidade da contratada recusar alterações contratuais quantitativas que impliquem supressão do objeto superior a 25% do valor do contrato.
  - (E) a incidência do poder disciplinar sobre as relações contratuais, permitindo que a Administração pública imponha alterações contratuais quantitativas e qualitativas, majorando ou suprimindo o objeto em até 50% de seu valor, preservado seu o equilíbrio econômico financeiro.
- 

#### Processo Legislativo

22. A Lei Complementar nº 13, de 3 de setembro de 1996, disciplina a redação, alteração e consolidação das leis no Distrito Federal. A respeito da articulação das leis, dispõe que
- (A) o número é a unidade de articulação que complementa o sentido oracional da alínea e, como unidade complementar de articulação, é sempre dependente da alínea.
  - (B) o parágrafo é a unidade complementar de articulação que expressa os pormenores necessários à apreensão do sentido do artigo ou as circunstâncias que ampliem ou restrinjam sua intenção, podendo o parágrafo subsistir sem a presença do *caput* do artigo em caso de veto parcial.
  - (C) havendo apenas um inciso, será ele designado pela expressão "Inciso único", seguida de ponto, e, havendo mais de um, serão eles numerados em algarismo romano, seguido de travessão.
  - (D) a alínea é a unidade de articulação que complementa o sentido oracional do parágrafo, e é indicada por letra minúscula, seguida do sinal ")".
  - (E) o sentido oracional do parágrafo deve ser completo, não podendo ser complementado por outras unidades de articulação.
-



23. No âmbito do Distrito Federal, durante a tramitação de projeto de lei,
- (A) poderão ser apresentadas emendas aglutinativas, substitutivas e modificativas, mas não são admitidas emendas supressivas.
  - (B) a proposição de emendas compete exclusivamente aos membros da Câmara Legislativa, conforme dispuser seu Regimento Interno.
  - (C) o *quorum* é a exigência de número mínimo de Deputados Distritais, presentes à sessão da Câmara Legislativa para discussão ou deliberação das matérias objeto de lei.
  - (D) a sanção ou veto apresentados pelo Governador em relação a projeto de lei podem ser retratados, desde que dentro do prazo de 15 dias úteis do qual dispõe o Governador para sanção ou veto.
  - (E) o projeto de lei será aprovado ainda que o número de abstenções ou votos em branco for igual ou superior ao número de votos favoráveis.

24. A respeito das emendas à Lei Orgânica do Distrito Federal, considere as seguintes afirmações:

- I. A proposta de emenda será discutida e votada em dois turnos e considerada aprovada se obtiver, em ambos, o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara Legislativa.
- II. A emenda à Lei Orgânica será promulgada pelo Governador do Distrito Federal, com o respectivo número de ordem.
- III. A Lei Orgânica não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, estado de defesa, estado de sítio e estado de calamidade pública.
- IV. A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) II e III.
- (C) II e IV.
- (D) I e IV.
- (E) I, III e IV.

25. O Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal dispõe, a respeito das proposições, o que se afirma em:

- (A) Uma vez apresentadas, só poderão ser retiradas a requerimento da maioria absoluta dos membros da Câmara Legislativa.
- (B) São automaticamente arquivadas, caso se encontrem em tramitação, há três legislaturas.
- (C) Se houver mais de um subscritor, a autoria da proposição é de todos que a subscreverem, ou do primeiro signatário, se as demais assinaturas forem de simples apoio.
- (D) Os projetos de lei complementar, de lei, de resolução e de decreto legislativo destinam-se a dispor sobre matérias para as quais se exige a sanção do Governador.
- (E) Compete a qualquer membro da Câmara Legislativa a autoria de requerimento de convocação de sessão legislativa extraordinária, em caso de urgência ou interesse público relevante.

26. A respeito da discussão e da votação, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, é correto afirmar:

- (A) A proposição com discussão encerrada na legislatura anterior não pode ter a discussão reaberta para receber novas emendas.
- (B) O Deputado Distrital que usar a palavra na discussão não pode desviar-se da questão em debate.
- (C) As deliberações da Câmara Legislativa serão tomadas pelo voto favorável da maioria absoluta de seus membros, salvo disposição em contrário do Regimento Interno ou da Lei Orgânica do Distrito Federal.
- (D) Não é admitido o processo simbólico de votação.
- (E) Em caso de empate nas votações ostensivas, deve ser realizada uma nova votação, até que se dê o desempate.

#### Realidade do Distrito Federal

27. De acordo com seu sistema tributário, ao Distrito Federal compete

- (A) estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou de bens por meio de impostos.
- (B) instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, em conformidade com suas respectivas ocupações profissionais.
- (C) cobrar impostos sobre patrimônio, renda ou serviços da União, estados e municípios, nos termos da Constituição.
- (D) utilizar impostos e taxas com efeito de confisco, conforme dispõe o Código Civil.
- (E) aplicar os impostos reservados aos estados e municípios cumulativamente, nos termos da Constituição.

28. No *Mapa das unidades hidrográficas do Distrito Federal*, elaborado em 1994 pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal, estão definidas três grandes bacias hidrográficas de referência – Paraná, São Francisco e Tocantins/Araguaia –, subdivididas em outras sete, considerando os seus principais rios. Pertencem à do Paraná, pelo mapa, as bacias

- (A) dos rios São Bartolomeu, Descoberto e Corumbá.
- (B) do Lago Paranoá e dos rios Preto e São Marcos.
- (C) dos rios São Bartolomeu, São Marcos e Maranhão.
- (D) dos rios Corumbá, Preto e Descoberto.
- (E) dos rios Descoberto, Maranhão e São Bartolomeu.



## Língua Estrangeira: Inglês

**Instrução:** Responda às questões de números 29 e 30 abaixo SOMENTE se sua opção, na inscrição, foi por **LÍNGUA ESTRANGEIRA: INGLÊS**.

**Atenção:** Considere a figura e o texto a seguir, para responder às questões de números 29 e 30.

### S.3036 - Keep Families Together Act

115th Congress (2017-2018)

**BILL** Hide Overview ✕

**Sponsor:** [Sen. Feinstein, Dianne \[D-CA\]](#) (Introduced 06/07/2018)

**Committees:** Senate - Judiciary

**Latest Action:** Senate - 06/07/2018 Read twice and referred to the Committee on the Judiciary. ([All Actions](#))

**Tracker:**

Introduced

Passed Senate

Passed House

To President

Became Law

### Keep Families Together Act

*This bill prohibits an agent or contractor of the Department of Homeland Security, the Department of Justice, or the Department of Health and Human Services from removing a child who is under the age of 18 and has no permanent immigration status from his or her parent or legal guardian at or near the port of entry or within 100 miles of the U.S. border unless:*

- *an authorized state court determines that it is in the child's best interests to be removed;*
- *a state or county child welfare official with expertise in child trauma and development determines that it is in the child's best interests to be removed because of abuse or neglect; or*
- *the Chief Patrol Agent or the Area Port Director authorizes separation based on a documented finding that the child is a trafficking victim or is at significant risk of becoming a victim, a strong likelihood exists that the adult is not the parent or legal guardian, or the child is in danger of abuse or neglect.*

*An agency may not remove a child from a parent or legal guardian solely for the policy goals of deterring migration to the United States or of promoting immigration law compliance.*

*The bill sets forth presumptions: (1) in favor of family and sibling unity and parental rights, and (2) that detention is not in the best interests of families and children.*

*The Government Accountability Office shall conduct a study of the prosecution of asylum seekers.*

(Adapted from: <https://www.congress.gov/bill/115th-congress/senate-bill/3036>)

29. O projeto de lei de que trata o texto

- (A) foi aprovado pelo Senado em junho de 2018.
- (B) foi encaminhado ao Comitê do Judiciário em junho de 2018.
- (C) foi apresentado por uma senadora republicana.
- (D) visa diminuir o fluxo migratório para os Estados Unidos.
- (E) objetiva reforçar o controle nas fronteiras dos Estados Unidos.

30. De acordo com o projeto de lei apresentado,

- (A) a detenção pode ser a melhor solução no caso de crianças suspeitas de serem vítimas de tráfico.
- (B) os direitos dos pais e a união familiar devem prevalecer em qualquer circunstância.
- (C) nenhum indivíduo menor de idade deve ser separado de seus pais, mesmo sob suspeita de que o adulto acompanhante não seja seu genitor.
- (D) abuso ou negligência por parte dos pais configura situação que justifica a criança ser separada deles.
- (E) uma criança só pode ser separada dos pais em caso de violação da lei da imigração.

**Língua Estrangeira: Espanhol**

**Instrução:** Responda às questões de números 29 e 30 abaixo SOMENTE se sua opção, na inscrição, foi **LÍNGUA ESTRANGEIRA: ESPANHOL**.

**Atenção:** Considere a figura e o texto a seguir, para responder às questões de números 29 e 30.

COMISIONES UNIDAS DE TRABAJO Y HACIENDA INICIARON DEBATE DE REAJUSTE A INGRESO MÍNIMO MENSUAL

Publicado el 07 de agosto del 2018



*La iniciativa que aumenta de \$276.000 a \$283.500 el monto del ingreso mínimo mensual espera ser votada en la jornada de este miércoles 8 de agosto para, posteriormente, ser analizada en la sesión de Sala del lunes 13 de agosto.*

*Según explicita el Gobierno en el mensaje -dado a conocer en la Cuenta de la Sala de la Cámara esta mañana-, se buscó dar certidumbre a trabajadores y empleadores respecto a un parámetro tan relevante como el ingreso mínimo, razón por la cual se sugiere un reajuste plurianual.*

*El análisis partió con la exposición del ministro de Hacienda, Felipe Larraín, quien entregó antecedentes sobre los beneficios y potenciales costos de esta implementación. Su exposición fue luego complementada por la intervención del ministro del Trabajo, Nicolás Monckeberg, quien consideró favorable la posibilidad de avanzar hacia un sistema plurianual.*

*El ministro Gonzalo Blumel también intervino a su vez y remarcó ante la concurrida audiencia que la propuesta del Gobierno "no es antojadiza".*

*Ante el grupo parlamentario y el Ejecutivo, Bárbara Figueroa, presidenta de la CUT, mantuvo su oposición a la propuesta del Gobierno y remarcó que el tema no solo implica un asunto de "cifras", sino que de una realidad que afecta a un grupo importante de trabajadores para los cuales este ingreso termina siendo insuficiente.*

*Durante el debate, los parlamentarios expresaron variadas opiniones sobre la iniciativa en trámite, marcándose en general un apoyo de parte del oficialismo a la política del Gobierno, aunque con algunas observaciones; mientras que la oposición se expresó contraria a la propuesta.*

*Para el diputado Patricio Melero (UDI), que integra tanto la comisión de Hacienda como la de Trabajo, la plurianualidad permitirá una economía más planificada.*

*En tanto, el diputado Manuel Monsalve (PS) llamó al gobierno a ser claro con las políticas de salario mínimo.*

*El proyecto de reajuste del ingreso mínimo mensual continuará su debate este miércoles 8 de agosto y espera ser votado en Sala el lunes 13 de agosto.*

(Disponível em: [https://www.camara.cl/prensa/noticias\\_detalle.aspx?prmId=134799](https://www.camara.cl/prensa/noticias_detalle.aspx?prmId=134799))

29. En el siguiente fragmento del texto: "El ministro Gonzalo Blumel también intervino a su vez y remarcó ante la concurrida audiencia que la propuesta del Gobierno "no es antojadiza".", la expresión "no es antojadiza" puede ser sustituida por:

- (A) "no es partidaria"
- (B) "no es caprichosa"
- (C) "no es molesta"
- (D) "no es antagónica"
- (E) "no es intolerante"

30. Según el texto podemos afirmar que:

- (A) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por la oposición, el ministro de Hacienda y el ministro del Trabajo.
- (B) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por el ministro Gonzalo Blumel, el ministro del Trabajo y la presidenta de la Central Unitaria de Trabajadores.
- (C) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por la presidenta de la Central Unitaria de Trabajadores, el ministro de Hacienda y el diputado Patricio Melero.
- (D) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por la presidenta de la Central Unitaria de Trabajadores, la oposición y el diputado Manuel Monsalve.
- (E) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por el ministro Gonzalo Blumel, la presidenta de la Central Unitaria de Trabajadores y el diputado Manuel Monsalve.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. Uma unidade de tesouraria constituiu a regra no que concerne aos ingressos de receitas públicas, o que não impede, contudo, a instituição de fundos especiais, os quais, de acordo com a disciplina estabelecida pela Constituição da República e pela Lei federal nº 4.320/1964,
- (A) possuem contabilidade e escrituração próprias, porém não podem realizar empenhos, devendo os mesmos ser realizados pelo órgão a que o Fundo esteja vinculado, onerando as dotações deste.
  - (B) possuem receitas que lhe são destinadas por lei instituidora, vedada a vinculação de produto de imposto, as quais somente revertem para o Tesouro ao final de cada exercício se expressamente previsto na lei de criação do fundo.
  - (C) executam as programações orçamentárias-financeiras decorrentes das dotações que lhes são cometidas anualmente, porém não podem assumir obrigação de despesas não passíveis de liquidação em até dois exercícios.
  - (D) constituem unidade orçamentária autônoma para fins de recebimento de tributos cuja destinação lhe seja cometida por lei, podendo executar as despesas necessárias para a consecução de seus objetivos.
  - (E) constituem unidade de despesa específica, dotada de capacidade para assumir obrigações autonomamente e realizar os correspondentes empenhos, não possuindo, contudo, receitas orçamentárias próprias.
- 
32. Suponha que determinado órgão público tenha se defrontado com a necessidade de adquirir insumos de informática em montante superior àquele considerado quando da elaboração do orçamento vigente, de sorte que a dotação consignada na Lei Orçamentária Anual – LOA afigura-se insuficiente para fazer frente ao total necessário para a aquisição correspondente. De acordo com as disposições constitucionais e legais aplicáveis,
- (A) a despesa poderá ser suportada com a abertura de crédito adicional suplementar, o qual, contudo, depende de autorização legislativa.
  - (B) a geração da despesa condiciona-se à abertura de crédito extraordinário, mediante decreto do Chefe do Executivo.
  - (C) poderá ser aberto crédito adicional especial para fazer frente à referida despesa, nos limites fixados na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.
  - (D) os pagamentos poderão ser suportados com saldo de outras dotações de custeio não utilizadas ou utilizadas parcialmente.
  - (E) poderá ser efetuado remanejamento entre dotações da mesma categoria, por ato do ordenador de despesa, observados os limites e condições fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LOA.
- 
33. Considere que ao final do exercício financeiro determinado órgão da Administração pública tenha executado contrato de pavimentação de vias públicas, efetuando medições, atestações de serviços e empenho das despesas incorridas pelas parcelas executadas, porém não tenha efetuado o correspondente pagamento. Diante de tal quadro,
- (A) as despesas empenhadas e não liquidadas ensejam superávit financeiro passível de ser utilizado como fonte para geração de crédito no orçamento subsequente ao qual pertence a receita correspondente.
  - (B) os empenhos deverão ser cancelados, eis que não processados, cabendo o pagamento das obrigações a eles subjacentes com dotações do orçamento do ano subsequente.
  - (C) as dotações orçamentárias do exercício encerrado que deram suporte para os empenhos efetuados integrarão o orçamento do exercício subsequente, pertencendo também a este as despesas correspondentes.
  - (D) somente será viável a geração de restos a pagar em se tratando de empenhos processados e que contem com a respectiva reserva no orçamento subsequente a título de pagamento por indenização.
  - (E) os valores empenhados deverão ser inscritos em restos a pagar, para liquidação no exercício seguinte, em relação ao qual o montante é considerado extra orçamentário.
- 
34. Suponha que a auditoria das contas do exercício financeiro de determinada empresa pública tenha identificado evidências de inconsistência em determinada transação cuja receita tenha sido considerada no respectivo balanço como Contas a Receber. Tendo em vista a aplicação do critério de competência para reconhecimento da referida receita, o auditor concluiu que a mesma deveria ter sido considerada no exigível de longo prazo. Considerando as normas de auditoria governamental, caberá
- (A) relatório com recomendações, que, embora importe aprovação integral das contas, indica as medidas corretivas de natureza estritamente patrimonial e sem impacto financeiro.
  - (B) a edição de relatório com parágrafo de ênfase, descrevendo a discordância do auditor em relação ao referido lançamento contábil e apontando a adequação necessária.
  - (C) abstenção de opinião por parte do auditor, tendo em vista a inviabilidade de emissão de parecer conclusivo em decorrência da inconsistência identificada, eis que passível de afetar a fidedignidade das contas.
  - (D) a emissão de relatório parcial ou com limitação de escopo, expurgando do exame efetuado os itens e transações que estejam em desconformidade com as normas contábeis aplicáveis.
  - (E) a emissão de relatório com ressalva quanto ao referido item, desde que o auditor considere que a extensão do efeito da referida inconsistência não é de magnitude suficiente para ensejar parecer adverso.



35. Considere que no curso da execução de um contrato de fornecimento de alimentação tenha ocorrido aumento da carga tributária incidente sobre a contratada em face de medidas de reoneração da folha de pagamentos. Em virtude de tal circunstância, a empresa informou à Administração pública contratante que não mais teria condições de manter o fornecimento pelo preço ofertado na licitação, comprovando a majoração de encargos tributários em relação ao momento da apresentação da proposta. Considerando as disposições aplicáveis da Lei nº 8.666/1993,
- (A) somente caberá revisão do preço contratado se a majoração de tributo decorrer de ato da mesma esfera de governo da contratante, configurando fato do príncipe.
  - (B) a empresa poderá rescindir o contrato unilateralmente, por onerosidade excessiva, com prévia notificação à Administração, observada a antecedência de 45 dias.
  - (C) a empresa faz jus ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de forma a recompor a relação entre preço e encargos existente no momento da proposta.
  - (D) descabe reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, tendo em vista que a criação ou majoração de tributo configura álea econômica ordinária, cujo risco é imputado à contratada.
  - (E) a empresa poderá exigir a supressão de parcela do objeto em montante suficiente para, mantido o preço global, fazer frente ao aumento de encargos suportado.
- 
36. Considere que o Ministério Público tenha instaurado procedimento para apuração de denúncia apresentada por servidor público, acerca de superfaturamento em contratos de obras em determinado órgão público. Ao final do procedimento, restou evidenciado o pagamento de propina por empresários a agentes públicos, além do sobrepreço nos contratos em questão. Diante de tal cenário,
- (A) a aplicação de sanções por improbidade administrativa depende da comprovação de conduta comissiva dolosa ou fraudulenta por parte dos envolvidos, que podem ser agentes públicos ou particulares.
  - (B) as sanções por improbidade administrativa são aplicáveis, pela sua própria natureza, apenas aos agentes públicos, respondendo os particulares na esfera civil e criminal.
  - (C) tanto os agentes públicos como os particulares que concorreram ou se beneficiaram com a prática do ato estão sujeitos à sanções por improbidade administrativa, nos limites de sua responsabilidade, aplicadas por decisão judicial.
  - (D) os agentes políticos, como Secretários de Estado, não estão sujeitos à sanção por improbidade administrativa, respondendo apenas por crime de responsabilidade, apenado administrativamente.
  - (E) o Ministério Público poderá aplicar aos agentes públicos, administrativamente, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sanções previstas na legislação relativa a atos de improbidade, no que concerne àquelas de cunho estritamente patrimonial e administrativo.
- 
37. A aplicação da Teoria dos Motivos Determinantes, para fins de controle da atuação da Administração pública pelo Poder Judiciário,
- (A) autoriza a revisão do ato administrativo por motivo de interesse público, permitindo que o Judiciário avalie as prioridades adotadas pelas políticas públicas ou programas de governo à luz dos princípios aplicáveis à Administração.
  - (B) permite a anulação judicial de atos discricionários, quando identificada inexistência ou falsidade dos pressupostos de fato ou de direito declarados pela Administração para edição do ato.
  - (C) aplica-se apenas em relação a atos vinculados, permitindo a sua invalidação quando ausentes os pressupostos fixados em lei para motivar a sua edição.
  - (D) autoriza a revogação de atos administrativos quando verificado que a efetiva motivação do mesmo não foi o interesse público, mas sim o atingimento de fim ilícito ou imoral.
  - (E) permite a revisão do mérito do ato administrativo, com a avaliação das razões de conveniência e oportunidade que ensejaram a sua edição, salvo em relação aos discricionários.
- 
38. Constitui hipótese de inexigibilidade de licitação, nos termos previstos pela Lei nº 8.666/1993, autorizando a Administração pública a efetuar contratação direta,
- (A) contratação de projetos de engenharia ou arquitetura que envolvam capacitação técnica.
  - (B) aquisição de produto de marca preferencial da Administração pública, quando evidenciada a superioridade em termos técnicos ou de qualidade.
  - (C) aquisição de equipamento de fornecedor renomado, desde que se trate de equipamento produzido fora do País.
  - (D) contratação, inclusive por intermédio de empresário exclusivo, de artista consagrado pela opinião pública.
  - (E) alienação de imóveis não afetados ao serviço público ou remanescentes de desapropriação.



39. Considere que no curso de processo administrativo instaurado para revisão de benefício previdenciário a particular, a autoridade encarregada da decisão administrativa tenha percebido que o cônjuge do interessado é seu amigo íntimo de longa data. De acordo com as disposições da Lei federal nº 9.784, de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração federal, aplicável também ao Distrito Federal, por força da Lei distrital nº 2.834, de 7 de dezembro de 2001, referida autoridade
- (A) não está impedida de atuar no processo, cabendo, contudo, arguição quanto à sua suspeição, de cujo indeferimento cabe recurso sem efeito suspensivo.
  - (B) está impedida de atuar no processo, devendo comunicar o fato à autoridade superior, configurando a omissão de tal comunicação falta grave.
  - (C) deverá remeter o processo imediatamente a outro servidor, que poderá ratificar os atos já praticados ou reiniciar o processo.
  - (D) somente poderia ser considerada impedida ou suspeita para atuar no processo se a relação de amizade ou inimizade fosse com o próprio interessado.
  - (E) poderá permanecer na condução do processo, porém praticando atos apenas ordinatórios necessários à instrução, vedada a prática de atos decisórios.
- 
40. O gerenciamento de estoques constitui uma atividade de extrema relevância para assegurar o desempenho adequado das organizações públicas e privadas, repercutindo diretamente na consecução de seus fins. Existem diversos indicadores relacionados a tal atividade, entre os quais o denominado "giro de estoque", responsável por aferir
- (A) valor de saída de um item de material em contraposição à média do valor dos itens existentes em estoque.
  - (B) o percentual de requisições dos setores da organização que são atendidas com relação ao total de requisições.
  - (C) o período que o estoque médio será capaz de atender a demanda média caso não haja reposição.
  - (D) o número de vezes que, em período estabelecido, o estoque de determinado item de material é renovado.
  - (E) a média ponderada dos últimos itens de estoque repostos em determinado período de tempo.
- 
41. Entre as teorias desenvolvidas ao longo do tempo acerca das estruturas organizacionais, insere-se a Abordagem Sistêmica
- (A) que, de acordo com o modelo predicado por Eric Trist, identifica dois subsistemas na organização: o técnico, compreendendo as demandas da tarefa, e o social, compreendendo as relações sociais dos encarregados da tarefa.
  - (B) desenvolvida a partir dos estudos do sociólogo George Homans em seu livro *The human group*, predicando a independência entre os sistemas interno e externo à organização, a qual se traduz em um ambiente fechado e impermeável a mutações.
  - (C) inspirada na Teoria dos Sistemas desenvolvida pelo biólogo Ludwig von Bertalanffy, predicando a autonomia das unidades de uma organização, como sistemas autônomos, denominados centros de resultado.
  - (D) baseada nos estudos de Mary Parker Follet, que propõe um enfoque holístico das relações entre os integrantes da organização de molde a fomentar a motivação e a produtividade.
  - (E) desenvolvida por Henri Fayol, sustentada pelo princípio da cadeia escalar e unidade de comando como pilares para a manutenção do sistema organizacional.
- 
42. De acordo com os conceitos sustentados pela Teoria X, desenvolvida por McGregor acerca da motivação,
- (A) o desejo de autorrealização e de aceitação no grupo social a que pertence é o que motiva o indivíduo ao trabalho.
  - (B) o dispêndio de esforço no trabalho é algo natural para o indivíduo, ao mesmo devendo ser conferida autonomia para o exercício de suas tarefas.
  - (C) existe uma hierarquia entre as necessidades do indivíduo, de forma que o mesmo somente estará motivado para o trabalho se satisfeitas aquelas consideradas elevadas.
  - (D) o homem médio não gosta do trabalho e o evita, necessitando ser controlado e dirigido para executar as tarefas que lhe são cometidas.
  - (E) o processo motivacional pode ser induzido a partir de reforço positivo, com recompensas e estímulos e negativo, com punições e desincentivos.
- 
43. Os estudos sobre liderança nas organizações realizados na Universidade de Ohio nos anos de 1940, apontavam duas dimensões independentes da atuação do líder, sendo a denominada "estrutura de iniciação" correspondente ao ponto de capacidade em que o líder
- (A) obtém a confiança mútua nos relacionamentos com os liderados, adquirindo respeito e consideração.
  - (B) é capaz de definir e estruturar o seu próprio papel e o dos liderados para realização dos objetivos e metas da organização.
  - (C) permite que o próprio grupo estabeleça as metas organizacionais e defina o caminho a seguir para alcançá-las.
  - (D) consegue formar novas lideranças e indicar um sucessor, de forma a poder ascender outros postos na organização.
  - (E) deixa de estar focado na tarefa e passa a valorizar os liderados como agentes ativos na definição das prioridades da organização.



44. No que concerne à cultura organizacional, de acordo com os principais aspectos abordados pelos doutrinadores, tem-se que
- (A) pode ser modificada a partir dos denominados ritos de degradação, que, como expressão da contracultura emergente na organização, redundam na atualização dos seus principais valores e premissas.
  - (B) possui apenas aspectos formais e fechados, denominados pressupostos básicos, correspondentes às crenças e valores adotados pela organização, de modo que somente é perceptível pelos seus integrantes.
  - (C) é fortemente influenciada pelo clima organizacional, sendo, portanto, mutável a partir dos sentimentos e percepções dos integrantes da organização sobre o que é essencial.
  - (D) constitui indutor do comportamento dos membros da organização e do seu engajamento com os objetivos organizacionais, ao contrário do clima organizacional que é decorrente de fatores exógenos.
  - (E) pode ser percebida e identificada por aqueles que não pertencem à organização a partir dos seus “sintomas” ou artefatos observáveis, como os símbolos, marcas e vestimentas utilizados.
- 
45. A partir da análise do balanço de uma empresa pode-se extrair informações relevantes a respeito de sua solvabilidade e, mais especificamente, sobre a sua liquidez, ou seja, a capacidade de honrar compromissos em diferentes horizontes de tempo. Nesse cenário, o índice de liquidez seca
- (A) é quociente que mostra a capacidade de pagamento da empresa no curto prazo, ou seja, a capacidade de a empresa honrar suas obrigações vencíveis no exercício seguinte ao do encerramento do balanço, com a fórmula: Ativo circulante dividido pelo Passivo circulante.
  - (B) indica a capacidade de pagamento de dívida no longo prazo, utilizando para seu cálculo a seguinte fórmula: Ativo circulante mais Ativo realizável a longo prazo, dividido pelo Passivo circulante somado ao Passivo não circulante.
  - (C) propicia uma análise mais conservadora da situação de liquidez de uma empresa em determinado momento, pois elimina do cálculo os valores que estão imobilizados no estoque, com a seguinte fórmula: Ativo circulante menos estoques, dividido pelo Passivo circulante.
  - (D) indica quanto a empresa possui de recursos imediatamente disponíveis para liquidar compromissos de curto prazo tendo como fórmula: Disponível dividido pelo Passivo circulante.
  - (E) fornece um resultado específico para análise de crédito, no longo e no curto prazo, apresentando a seguinte fórmula: Receitas financeiras dividida por Juros e Encargos financeiros.
- Via @carla\_gabola
- 
46. Suponha que a Câmara Legislativa do Distrito Federal pretenda implementar metodologia de avaliação de desempenho de seus funcionários, objetivando o aprimoramento da atuação dos mesmos e a obtenção de insumos para gestão adequada de recursos humanos pela instituição. Nesse sentido, caso decida optar por uma metodologia que apresente pouca complexidade na sua aplicação, poderá adotar o método denominado
- (A) Escolha Forçada, baseada em amostragem, com extrapolação do resultado médio para a totalidade do grupo.
  - (B) Lista de Verificação, baseada na autoavaliação do servidor a partir de formulários padronizados.
  - (C) Incidentes Críticos, registrando os aspectos extremos dos avaliados, negativos ou positivos.
  - (D) Pesquisa de Campo, que envolve a utilização de paradigmas ou *benchmarkings* para fins de simplificação.
  - (E) Avaliação de Potencial, tomando por base os registros funcionais e outros documentos já produzidos e disponíveis para consulta.
- 
47. Considere que determinada entidade integrante da Administração pública pretenda aprimorar o gerenciamento de alguns de seus projetos prioritários, valendo-se da ferramenta denominada Program Evaluation and Review Technique (PERT), o que significa que
- (A) o foco será no tempo de execução do projeto, avaliado de forma probabilística, com a média ponderada dos cenários otimista, pessimista e realista.
  - (B) serão identificadas, para monitoramento diferenciado, as ações que não podem sofrer atrasos sob pena de comprometer o projeto, integrantes do caminho crítico.
  - (C) será priorizada a qualidade do produto ou serviço final, objeto do projeto, sem preocupação com o tempo de execução.
  - (D) está sendo adotado um método determinístico, que identifica o tempo de duração do projeto a partir da somatória do tempo de execução de cada etapa.
  - (E) as etapas do projeto serão agrupadas em pacotes de trabalho, independentes entre si, de forma que o atraso de um pacote não comprometa o prazo de outro.
- 
48. No que tange às abordagens descritas pela literatura para o gerenciamento de conflitos, o critério de diferenciação existente entre a abordagem estrutural e a de processo é
- (A) a opção por enfrentamento ou pela supressão do conflito, a primeira própria da abordagem de processo, enquanto a segunda é traço característico da abordagem estrutural.
  - (B) o resultado da negociação, sendo a abordagem de processo conhecida como ganha-ganha, na qual as partes envolvidas chegam a um denominador comum, ao contrário da abordagem de processo, onde há sempre uma parte perdedora.
  - (C) a participação de uma terceira parte, que constitui o diferencial da abordagem de processo, a qual utiliza os instrumentos de mediação e arbitragem, enquanto a abordagem estrutural utiliza ferramentas da própria organização.
  - (D) tratar-se de um conflito já instalado ou não, sendo que a abordagem estrutural atua antes da instalação, enfrentando as condições que predispoem ao conflito, e a abordagem de processo atua em um conflito já instalado.
  - (E) a visão positiva do conflito, própria da abordagem estrutural, fomentando mecanismos de competição interna, ou negativa, própria da abordagem de processo, que considera o conflito negativo.



49. Entre os métodos e ferramentas consagrados e ordinariamente apontados para, respectivamente, recrutamento e seleção de pessoal, tem-se, respectivamente, dentre outros
- (A) hipótese de trabalho; testes e simulações (*target*).
  - (B) divulgação em canais internos da organização; entrevista comportamental.
  - (C) análise de cargos; indicação de integrantes da organização (*networking*).
  - (D) entrevistas individuais; consultoria especializada (*headhunter*).
  - (E) Testes psicométricos; programas de *trainees*.
- 
50. Um traço característico do convênio, que o diferencia dos contratos celebrados pela Administração pública, consiste em
- (A) vedação à denúncia imotivada ou espontânea, devendo ser observado o prazo estabelecido no ajuste sob pena de indenização pelo denunciante.
  - (B) caráter sinalagmático, com reciprocidade entre direitos e obrigações estabelecidas para cada conveniente.
  - (C) comutatividade, com obrigações préestabelecidas de forma equilibrada entre os convenientes, vedada a previsão de encargos maiores para um deles.
  - (D) ausência de transferência de recursos financeiros entre os convenientes, caracterizando apenas cooperação administrativa.
  - (E) conjugação de esforços para obtenção de objetivos comuns em caráter cooperativo.
- 
51. O Ciclo PDCA, também denominado Ciclo de Deming, constitui uma ferramenta utilizada precipuamente para
- (A) gestão de desempenho, começando pelo planejamento estratégico, passando pela aplicação de medidas de desenvolvimento de Recursos Humanos, capacitação e chegando à fase avaliativa.
  - (B) gerenciamento de projetos, englobando priorização, análise, desenvolvimento e avaliação de resultados.
  - (C) controle de processos, tendo como etapas o planejamento, a execução, a verificação e culminando com ações avaliativas e corretivas.
  - (D) gestão de riscos, com predição, detecção, controle e análise de probabilidade de ocorrências.
  - (E) gestão da qualidade, com identificação de paradigmas de sucesso, desconstrução de práticas equivocadas, construção de novos modelos e atestação de modelo de excelência.
- 
52. Considere que no bojo do desenvolvimento do planejamento estratégico de uma organização tenha sido utilizada, como ferramenta na fase de mapeamento, a Matriz SWOT. Com tal ferramenta serão identificados(as)/estabelecidos(as)
- (A) as forças e fraquezas da organização e os desafios e oportunidades apresentados pelo cenário externo.
  - (B) os indicadores de desempenho, financeiros e gerenciais, e as ações para o atingimento dos resultados fixados.
  - (C) as metas de curto, médio e longo prazo, bem como as equipes responsáveis por cada conjunto de metas.
  - (D) as medidas a serem adotadas para aprimoramento da atuação da organização e os prazos correspondentes.
  - (E) os paradigmas de excelência adotados para a atuação da organização e os critérios de avaliação dos resultados alcançados
- 
53. A participação dos Municípios no produto da receita de impostos de competência dos Estados, na forma prevista pela Constituição da República,
- (A) constitui transferência voluntária, nos montantes máximos previstos na Constituição da República para cada tributo, sendo interrompida na hipótese de descumprimento de obrigações legais ou contratuais do Município perante o Estado.
  - (B) corresponde a 25% da receita proveniente de ICMS e de IPVA, excluído o ITCMD, rateados entre os Municípios de acordo com os critérios estabelecidos em Lei complementar de cada Estado.
  - (C) alcança apenas o ICMS e o ITCMD, na proporção de 25%, rateados entre os Municípios de acordo com a ponderação entre os critérios territorial, populacional e de participação no Produto Interno Bruto.
  - (D) no que tange ao ICMS, corresponde a 25%, dos quais três quartos, no mínimo, devem ser distribuídos aos Municípios na proporção do valor adicionado nas operações realizadas em seus territórios.
  - (E) constitui produto de imposto, não passível de vinculação ou oferecimento em garantia, salvo para empréstimos tomados perante o próprio Estado ou em situação de intervenção.



54. Considere as informações a seguir referentes à aquisição e consumo de material odontológico na prestação de serviços por uma determinada entidade pública:

12/03/2018: empenho da despesa no valor de R\$ 3.000,00 para a aquisição do material.

19/03/2018: entrega do material pelo fornecedor e liquidação da despesa pelo valor total do empenho.

30/03/2018: pagamento da despesa pelo valor total do empenho.

10/04/2018: utilização de todo o material adquirido na prestação de serviços.

De acordo com as determinações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público sobre o regime orçamentário e o regime contábil (patrimonial), são reconhecidas uma despesa orçamentária realizada e uma variação patrimonial diminutiva, respectivamente, em

(A) 19/03/2018 e 10/04/2018.

(B) 12/03/2018 e 10/04/2018.

(C) 30/03/2018 e 10/04/2018.

(D) 12/03/2018 e 19/03/2018.

(E) 30/03/2018 e 12/03/2018.

55. Em março de 2017, um determinado ente público realizou operação de crédito por antecipação de receita orçamentária para atender à insuficiência de caixa, cujo valor do principal foi R\$ 150.000,00. Assim, de acordo com as determinações da Lei nº 4.320/1964, o valor de R\$ 150.000,00 obtido por meio da operação de crédito por antecipação de receita orçamentária deve ser evidenciado no Balanço

(A) Orçamentário, referente ao exercício financeiro de 2017, como receita orçamentária.

(B) Financeiro, referente ao exercício financeiro de 2017, como passivo financeiro.

(C) Financeiro, referente ao exercício financeiro de 2017, como recebimento de natureza extraorçamentária.

(D) Patrimonial, na data de obtenção da operação de crédito, como passivo permanente.

(E) Orçamentário, referente ao exercício financeiro de 2017, como despesa orçamentária.

56. O chefe do Poder Executivo de um determinado Município decidiu, em 16/04/2018, pela construção de uma praça no valor de R\$ 1.800.000,00. A construção da praça estava prevista na Lei Orçamentária Anual referente ao exercício financeiro de 2018 e a dotação orçamentária disponível, em 16/04/2018, para o elemento de despesa correspondente era R\$ 1.000.000,00.

Além disso, foram levantadas as seguintes informações:

– Ativo Financeiro em 31/12/2017: R\$ 14.000.000,00.

– Ativo Financeiro em 31/03/2018: R\$ 4.000.000,00.

– Passivo Financeiro em 31/12/2017: R\$ 13.400.000,00.

– Passivo Financeiro em 31/03/2018: R\$ 3.200.000,00.

– Reabertura de Créditos Adicionais Especiais: R\$ 100.000,00.

Até o dia 16/04/2018, não houve a abertura de créditos adicionais e não havia operações de crédito vinculadas aos créditos adicionais especiais reabertos.

Com base nessas informações e de acordo com as determinações da Lei nº 4.320/1964, o valor do superávit financeiro que poderia ter sido utilizado como recurso de cobertura para a abertura do crédito adicional

(A) suplementar, referente à construção da praça, era R\$ 800.000,00.

(B) especial, referente à construção da praça, era R\$ 800.000,00.

(C) especial, referente à construção da praça, era R\$ 600.000,00.

(D) suplementar, referente à construção da praça, era R\$ 600.000,00.

(E) suplementar, referente à construção da praça, era R\$ 500.000,00.

57. Em janeiro de 2018, o pagamento no valor de R\$ 950,00 foi reclamado pelo prestador do serviço de manutenção dos aparelhos de ar condicionado – pessoa física. Todavia, a inscrição da despesa com a manutenção dos aparelhos de ar condicionado como restos a pagar havia sido cancelada em dezembro de 2017. Sabendo que foi constatada a vigência do direito do prestador do serviço e de acordo com as determinações do Decreto nº 93.872/1986, o pagamento poderá ser atendido à conta de dotação destinada a

(A) Suprimentos de Fundos.

(B) Indenizações e Restituições.

(C) Serviços de Terceiros – Pessoa Física.

(D) Despesas de Exercícios Anteriores.

(E) Locação de Mão de Obra.



58. Considere as seguintes informações obtidas a partir das demonstrações contábeis das empresas Redonda S.A. e Quadrada S.A. de determinada data:

Informação	Redonda S.A.	Quadrada S.A.
Ativo circulante	R\$ 21.000,00	R\$ 28.000,00
Liquidez corrente	1,5	2,0
Composição do endividamento	40%	70%
Grau de endividamento (em relação aos recursos totais)	70%	50%
Retorno sobre o PL	15%	10%

Com base nas informações acima, é correto afirmar que

- (A) o passivo circulante da empresa Redonda S.A. é maior que o da empresa Quadrada S.A.
- (B) a empresa Quadrada S.A. é mais endividada.
- (C) a empresa Quadrada S.A. obteve mais recursos de terceiros do que capital próprio.
- (D) o patrimônio líquido da empresa Redonda S.A. é maior que o da empresa Quadrada S.A.
- (E) o lucro líquido apurado pela empresa Redonda S.A. é maior que o da empresa Quadrada S.A.

59. A empresa comercial Cia. Rodas & Giro obteve as seguintes informações de suas demonstrações contábeis:

Descrição das contas	Valores em R\$
Ativo Total (31/12/2017)	4.800.000,00
Contas a receber de clientes (31/12/2017)	720.000,00
Estoques (31/12/2017)	480.000,00
Estoques (31/12/2016)	120.000,00
Fornecedores (31/12/2017)	450.000,00
Receita Bruta de Vendas	4.320.000,00
Impostos sobre Vendas	720.000,00
Receita Líquida de Vendas	3.600.000,00
Lucro Bruto	1.800.000,00

Considere as seguintes assertivas elaboradas a partir das informações acima:

- I. O prazo médio de pagamento de compras é de 75 dias.
- II. O prazo médio de recebimento das vendas é de 72 dias.
- III. O prazo médio de renovação dos estoques é de 90 dias.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

60. A Cia. Endividada apresentava a seguinte situação patrimonial e financeira:

Cia. Endividada Balço Patrimonial – 31/12/2017			
<b>Ativo Circulante</b>		<b>Passivo Circulante</b>	
Financeiro	800	Financeiro	400
Operacional	750	Operacional	600
	<b>1.550</b>	<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>1.500</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>		Financiamentos	1.500
Realizável a LP	110	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>700</b>
Investimentos	600	Capital Social	500
Imobilizado	940	Reservas de Lucro	200
<b>Total Ativo</b>	<b>3.200</b>	<b>Total Passivo + PL</b>	<b>3.200</b>

Considere as seguintes assertivas elaboradas a partir do Balço Patrimonial acima:

- I. O índice de Liquidez Geral é igual a 2,0.
- II. O índice Composição do Endividamento é igual a 40%.
- III. O índice Imobilização dos Recursos não Correntes é igual a 70%.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) II e III.
- (E) I e II.